BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro
Departamento de Organização do Sistema Financeiro

Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 2, nº 20, julho de 2007

Moeda Social: Potencialidade

Marusa Freire [1]

A moeda social, de natureza complementar à da moeda fiduciária – de emissão não lastreada e monopolizada pelo Estado, de curso forçado e de poder liberatório garantido por disposições legais – e à da moeda bancária – criada pelos bancos comerciais, que representa a maior parcela dos meios de pagamentos segundo o conceito convencional de moeda adotado em quase todos os países –, pode apresentar variedade significativa de formas e de denominações, conforme os propósitos para os quais tenha sido criada.

No Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) incentiva a fundação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento para emissão de "moedas sociais locais circulantes", criadas e administradas pelos próprios usuários por meio de associações sem fins lucrativos, a partir de relações econômicas de cooperação e de solidariedade dos participantes de determinadas comunidades, independente do exercício de atividade de intermediação financeira.

O Banco Central do Brasil, titular de competência constitucional exclusiva para emitir moeda e para regular a oferta de moeda e a taxa de juros na economia nacional (art. 164 da CF), bem como para supervisionar as instituições bancárias (art. 192 da CF e Lei n° 4.595/64), atento aos acontecimentos, desenvolve projeto para estudar e avaliar os principais pontos teóricos e práticos relacionados com as experiências de moedas sociais em todo o mundo. Seu objetivo é estabelecer mecanismo que permita acompanhamento, de forma permanente, da evolução da emissão e do uso da moeda social no país, à luz dos resultados do estudo.

Trabalho semelhante, recentemente publicado pelo Banco Central da Alemanha [2], demonstra que: (a) o uso de moedas sociais não é um fenômeno novo nos países da Europa e é tolerado pelos bancos centrais sob o argumento de que promove o desenvolvimento das economias locais; (b) apesar de implicar custos mais elevados e mais riscos para os detentores da moeda social em relação à moeda oficial, o uso das moedas sociais se multiplica como reação das comunidades locais ao processo de globalização; e (c) o impacto macroeconômico não é significativo, podendo ser quase nulo, a depender da forma pela qual o sistema de moeda social é elaborado.

No mesmo sentido, apresenta-se a tese de doutorado "The Economics of Community Currency: a Theoretical Perspective", defendida em Oxford, em 2001, por Jorim Schraven, economista da Divisão de Estabilidade Financeira do Banco Central dos Países Baixos [3]. Demonstram os resultados da pesquisa que, quando a moeda oficial não consegue facilitar todas as trocas potenciais numa economia local, uma moeda complementar pode aliviar esse problema. Dessa maneira, mesmo com custos transacionais mais altos do que os custos associados ao uso da moeda oficial, existe incentivo para que as pessoas utilizem as moedas sociais. Adicionalmente, o estudo demonstra que algumas moedas sociais, particularmente aquelas baseadas em sistemas de crédito recíproco, têm a capacidade para ajustar de maneira endógena a oferta de moeda, à medida que os participantes realizam suas transações.

Com efeito, a moeda social possui muito mais flexibilidade do que os governos e os bancos atribuíram às cédulas e moedas tradicionais nos últimos dois milênios. Dos pontos de vista jurídico e financeiro, é possível criar a moeda social de variadas maneiras, até mesmo singelas, pelas quais a moeda social assemelhe-se às diversas formas de dinheiro primitivo, tais como conchas, dentes de animais e contas, permitindo aos indivíduos mais controle sobre sua criação e seu uso. Ora, em virtude de tal potencialidade, também é possível criar moedas sociais compatíveis, simultaneamente, com os objetivos da política monetária, com a regulamentação bancária e com as políticas públicas direcionadas à geração de trabalho e renda, à inclusão social e ao desenvolvimento econômico justo e solidário.

Logo, o estabelecimento de um marco regulatório necessário e adequado ao bom desenvolvimento de

[1] Procuradora do Banco Central e Coordenadora-Geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral.

[2] RÖSL, Gehard. Regional currencies in Germany: local competition for the Euro? Discussion Paper. Serie 1. nº 43/2006. Disponível em: <http://www.bundesbank.de/download/volkswirtschaft/dkp/2006/200643dkp_en.pdf >. Acesso em 22 fev 07.

[3] Disponível em: <http://www.jorim.nl/>. Acesso em 4 fev 07.

sistemas de moedas sociais no Brasil pode ser condição essencial para promover harmonização dos interesses da "eficiência econômica" com as necessidades da "justiça distributiva", com vistas à transformação do jogo financeiro, tradicionalmente conhecido somente como "jogo de competição" – em que poucos ganham e muitos perdem –, em "jogo de competição e de cooperação" – em que, juntamente com aqueles que já usufruem os benefícios financeiros de uma economia globalizada, todos os cidadãos locais, também membros da comunidade global, ganhem pelo menos um pouco, de acordo com suas faculdades e potencialidades.

A depender, portanto, dos resultados da articulação das iniciativas da Senaes e do Banco Central, a aceleração do crescimento econômico do Brasil poderá conduzir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais, se ocorrer acompanhada por uma política regulatória direcionada à emissão e ao uso de moedas sociais no país, fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano, com o fim de assegurar, a todos os brasileiros, existência digna, conforme os ditames da justiça social e da ordem econômica constitucional.

Banco Sustentável: International Finance Corporation of the World Bank Group e Financial Times anunciaram os ganhadores do 2º Prêmio Anual

Maria de Fátima Cavalcante Tosini [4]

Pelo segundo ano consecutivo, um banco brasileiro foi premiado pelo concurso promovido pelo Financial Times (FT) e pelo International Finance Corporation of the World Bank Group (IFC). Essa é mais uma amostra de que os bancos brasileiros têm se destacado nesse segmento na arena internacional. Em 2006, o Banco Itaú e o Banco Real ABN Amro foram premiados como "Bancos Sustentáveis em Mercados Emergentes". Em junho de 2007, o Banco do Brasil recebeu o prêmio de "Banco Sustentável de Mercado Emergente" na categoria regional.

Segundo o IFC e o FT, o fato de uma instituição financeira incorporar considerações ambientais e sociais em suas atividades do dia-a-dia pode ter grande impacto sobre o comportamento de seus clientes e sobre os seus resultados. Como provedores financeiros para companhias do setor privado, bancos podem afetar o meio ambiente e suas comunidades locais. Sustentabilidade bancária significa prover capital para projetos e negócios que mitiguem impactos sociais e ambientais, bem com projetos que visem a um desenvolvimento, com melhoramento social e ambiental.

Sustentabilidade bancária é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de gerenciamento de risco – que ajuda os bancos a proteger seu capital e sua reputação – e uma oportunidade de negócios, porque encoraja os bancos a oferecer produtos financeiros inovadores com vista a conquistar novos clientes.

Longe de ser um fardo para as instituições financeiras em mercados emergentes, a sustentabilidade bancária fornece uma ferramenta extra para competir com bancos internacionais, além de desempenhar um papel importante para o desenvolvimento sustentável de seus países, por incluir o uso responsável de recursos naturais.

O objetivo do prêmio é reconhecer os bancos que exercem liderança, inovam e integram objetivos sociais, de meio ambiente e de governança corporativa em suas operações. Em 2007, os finalistas foram escolhidos entre 151 sugestões de mais de 100 bancos em 51 países. Os diferentes indicados refletem a importância crescente dos bancos sustentáveis no mundo todo, principalmente nos mercados emergentes. Pela primeira vez, os prêmios também destacam a liderança regional na categoria "Mercados Emergentes". Os premiados em 2007 foram:

Banco Sustentável do Ano	ABN Amro, Netherlands
Banco Sustentável do Ano Mercado emergente	ABN Amro Bank India
Mercado Emergente Prêmio Regional	Asia – ABN Amro Bank India Leste Europeu – Dexia Banka Slovensko, Slovak Republic América Latina – Banco do Brasil Oriente Médio e África – Nedbank, South Africa
Banqueiro Sustentável do Ano	Compartamos/Banamex, Mexico
Negócio Sustentável do Ano	Deutsche Bank/Goldman Sachs: Financiamento internacional para imunização
Realizações em *Carbon Finance*	Raiffeisen, Zentralbank, Austria: Projeto de redução de emissão de óxido nitroso

[4] Analista do Departamento de Supervisão Indireta e Gestão da Informação (Desig) do Bacen (SP). Mestre em economia pela Unicamp.

Realização: **Banco Central do Brasil (Dinor/Deorf)**
Editora Responsável: **Elvira Cruvinel Ferreira Ventura**
Contribuições/sugestões para o Boletim podem ser enviadas para **gtrja.deorf@bcb.gov.br**